

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL Nº 054/2023  
PROCESSO Nº 11.346/2021**

A empresa **INTENSIMED COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS E MAT. HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 38.098.716/0001-46, com sede na Avenida São Paulo, nº 625, Quadra nº 13, Lote nº 01/02, Galpão nº 03, CEP. 75133-330 – São João – Anápolis/Goiás, neste ato representada por seu representante legal **JAIRÓ LINDOSO DINIZ CAMPOS**, CPF n. 959.396.281-68, vem por meio de seu representante infra-assinado, com fulcro no artigo 41 da Lei 8.666/1993, artigo 18 do Decreto 5.450/2015 e artigo 24 da Lei 10.024/19, vem a respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** supra mencionado, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

**1. DA ADMISSIBILIDADE**

Segundo o Artigo 41 da Lei de Licitações – Lei nº 8.666/1993 prevê em seu § 1º o prazo legal e os legitimados para interposição da impugnação ao edital:

*Artigo 41, § 1º: **Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei**, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 três dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.*

Com base no Artigo 24, do Decreto Lei 10.024/19, que regulamenta o pregão eletrônico, informa que:

*Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.*

*§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.*

Logo, a impugnante não só é parte legítima para o ato, como também o pratica tempestivamente. Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e, ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

De toda sorte, é poder-dever do Administrador Público conhecer e rever, de ofício,

aqueles atos administrativos que afrontem a legislação pátria, portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e, ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

## 2. DA MOTIVAÇÃO IMPUGNATÓRIA

Foi dado a devida publicação ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2023; PROCESSO Nº 11.346/2021, cujo objeto “*Aquisição de Equipamentos Médicos e Eletros para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mario D. de Castro, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital.*”

Passamos a informar que esta impugnação tem a finalidade de ampliar a disputa dentro do certame, cujo a fundamentação balizar a compra pública no Princípio da Eficiência, sem ferir os Princípios da Isonomia e da Razoabilidade, aos quais serão mantidas, se houver a devida abertura de melhorias no item, uma vez que não diminuirá a qualidade do produto a ser adquirido muito menos restringir a competitividade entre os participantes, além de garantir a segurança na compra deste equipamento.

## 3. DA RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO

A Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/02, tem um conceito abrangente de agente público e define como autores dos atos de improbidade o agente público e terceiros, a saber:

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta (BRASIL, 2002).

A improbidade administrativa instituída no ordenamento jurídico por intermédio da Lei nº 8.429/92, orientando a conduta do Estado, como figura democrática de Direito perante a sociedade no que diz respeito as atitudes para as prestações estatais. Função do Estado, mediante ações de seus agentes públicos, é **velar pelo bom funcionamento da Administração Pública**, seja na forma direta ou indireta, pois desconsiderando a personalidade física, o agente público estaria representando o Estado, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Independente de acordos ou termo de compromisso firmada entre entidades como Ministério da Saúde, em âmbitos superiores, **é dever do agente público extrair as melhores condições para adequar-se as realidades de compras do ente requerido**, em sua plena satisfação, não perfaz quanto lhe é conferido especificações e exigências pré definidas, cabendo a administração pública interessada, verificar, analisar e disponibilizar o descritivo técnico anterior à aprovação, precavendo que eventuais empresas frustrem a contratação futura por não serem tecnicamente aptas a execução do ofertado.

O descritivo previsto no plano de trabalho do Ministério da Saúde ou órgão competente não afasta a responsabilidade do agente administrativo em analisar a necessidade do requerente **com relação ao descritivo do termo de referência**, devendo acolher tempestivamente impugnações e esclarecimentos, analisando os pontos abordados e se houver descritivo técnico além de sua competência, repassar ao interessado os argumentos citados, provendo parecer técnico para assim informar aos proponentes de sua decisão.

#### 4. DO ITEM A SER REVISADO

##### ITEM 13 - FOCO CIRÚRGICO DE SOLO MÓVEL

Foco Cirúrgico De Solo Móvel - Características Do Equipamento:- Pedestal com rodízios - Braço articulado - Par de manoplas autoclaváveis - Ajuste de intensidade luminosa - Sistema de emergência/bateria - Tipo - LED 1 bulbo 81.000 a 130.000 LUX - Três refletores de vidro com filtro de calor e anti-reflexos. - 01 cúpula com 03 bulbos ou seja, lâmpadas halógenas de 12v x 55 W.- Composto de espelho especial óptico com fornecimento de luz fria, branca e uniforme, proporcionando um foco concentrado e sem sombras. - Centralização de foco realizada pela manopla em alumínio anodizado, auto-clavável, permitindo uma maior higienização e assepsia quanto ao manuseio do equipamento. - Base Inferior composta por quatro rodízios, com travas para stop de fácil aplicação e desaplicação, disposto em formato de X, desenvolvido em ferro fundido, revestido por capa de acabamento em material PSAl, facilitando a limpeza e higienização, o seu designer moderno proporciona maior beleza, sustentação e equilíbrio ao foco. - Compartimento inferior desenvolvido e dimensionado para alojar os componentes eletro-eletrônicos, onde se encontram os circuitos eletrônicos e o porta fusível, o qual foi projetado para ser acessado exatamente, facilitando quando na necessidade de reposição do mesmo. - Transformador de energia com chave seletora tipo H-H, possibilitando ao usuário, determinar ao equipamento ser alimentado pela voltagem de 110 ou 220V. - Altura da cúpula: -mínima 1,60m ; máxima 2,20m. - Na ausência de alimentação de energia pela rede elétrica, automaticamente entra em funcionamento o sistema de emergência alimentado pela bateria interna. bateria recarregável ao conectar o foco á rede elétrica. - Acompanha bateria com gel hospitalar.

- **SUGESTÃO DE MELHORIAS AO ITEM 13**

#### **A) DE BULBO PARA LED**

O Foco auxiliar com iluminação a base de BULBO não condiz com a utilização atual do mercado hospitalar e ainda apenas uma fabricante comercializa esta modalidade de iluminação cirúrgica, visto que o custo de fabricação e manutenção para BULBOS é extremamente superior ao LED, onde a durabilidade de LED é o dobro em relação ao BULBO, porém o **ideal** é solicitar **foco com iluminação apenas com a base de “Leds”**, visando uma atualização de tecnologia do produto, sem comprometer o princípio da Economicidade, com o adendo dos benefícios que o mesmo poderá conceder com a tecnologia atual, como durabilidade de vida útil e melhor auxílio nos procedimentos de operações médicas que esta iluminação pode proporcionar.

Os leds possuem vida útil pode atingir até 150.000 horas, enquanto que bulbos alcançam no máximo 2.000 horas. Outra questão de extrema importância é que a grande maioria dos focos cirúrgicos de bulbo não são mais produzidos, ocasionado duas situações preocupante, a ausência de peças para substituição, assim como registro junto a ANVISA.

#### **B) CONSUMO DE ENERGIA**

**É ideal solicitar entre 50 a 70 VA por cúpula ao item 13**, visando a economicidade na utilização do produto, bem como visto que atualmente qualquer cirurgia possui duração média de 3 horas, o consumo informado já é suficiente para uma compra com qualidade e segurança neste equipamento.

#### **C) SISTEMA LCC (LIGHT AND COLOR CONTROL)**

Sugerimos a adição ao **item 13**, do Sistema LCC (Light and Color Control) para manter o equilíbrio de cor e luz, permitindo que a intensidade luminosa permaneça inalterada durante o ajuste de temperatura de cor, sem que haja instabilidade, auxiliando o usuário a ter uma linearidade na utilização do produto, sem alterações.

#### **D) VIDA UTIL**

A maioria dos equipamentos de foco cirúrgico comercializados atualmente possuem vida útil das lâmpadas de até 150.000 horas, alcançando a efetividade sem interferir no funcionamento e andamento dos procedimentos cirúrgicos e proporcionando a economicidade que o ente necessita. É solicitado então a inclusão de vida útil do equipamento para até 150.000 horas para ao item 13.

## **E) SISTEMA PROVIDO DE DISSIPAÇÃO DE CALOR PASSIVO**

Indicamos a complementação ao descritivo, referente ao **sistema provido de dissipação de calor passivo, ao item 13**, sem a necessidade de uso de cooler, ventoinhas entre outros, visando a segurança no momento do uso, pois alguns equipamentos possuem cooler, ventoinhas entre outras categorias de sistema que expõem partículas durante o procedimento, visto as atualizações do mercado e necessidade de um equipamento moderno e de qualidade as fabricantes incorporaram um sistema de dissipação de **calor passivo**, isso **eximiu a questão de aquecimento do equipamento** e trouxe economicidade nas manutenções.

Ocorre que o **micro ventilador posicionado sob a cúpula nada mais é que cooler/ventoinha posicionado** que num prazo não muito longo ao seu uso, incide em acúmulo de sujeiras, partículas de poeiras, micropartículas e nano partículas com grande possibilidade de causar contaminação ao centro cirúrgico, inclusive no momento do procedimento, prejudicando em dissipação de calor necessitando da retirada deste componente para rotineiramente efetuar limpeza somente por pessoa autorizada, para evitar também o aquecimento excessivo do processador.

O acúmulo de sujeiras, partículas de poeiras, micropartículas e nano partículas pode ser observado apenas na desmontagem do equipamento, inclusive é visível conforme imagem abaixo até mesmo as pás do componente com a poeira exposta:



Ainda existem equipamentos que utilizam esta tecnologia defasada não acompanhando as inovações tecnológicas, sem garantir a qualidade e segurança que os equipamentos cirúrgicos necessitam colocando em risco toda a segurança de higienização e assepsia do ambiente,

**inclusive em marcas importadas**, não garantindo a selagem que deve ocorrer para equipamento médico hospitalar.

## F) GRAU MINIMO DE PROTEÇÃO

Também é de extrema importância a destacar **para o equipamento do item 13**, e deve ser uma exigência, visando a durabilidade e proteção ao produto, mediante a sua utilização, é referente ao **Grau de Proteção**, é ideal que esta Ilibada Autarquia solicite que seja cotado o produto com pelo menos a exigência do **IP-44 ou IP-54**, o qual é ideal contra proteção de líquidos e poeira, protegendo e gerando uma durabilidade maior para o produto desejado, conforme tabela exemplificativa:

NEMA x IEC		GRAU DE PROTEÇÃO								
		2º Numeral								
		Grau de proteção contra água								
1º Numeral	Grau de proteção contra objetos sólidos	0	1	2	3	4	5	6	7	8
		Não protegido	Protegido contra contatos verticais de partes fixas	Protegido contra contatos verticais de partes fixas e contra projeção de água	Protegido contra contatos verticais de partes fixas e contra projeção de água	Protegido contra contatos verticais de partes fixas e contra projeção de água	Protegido contra contatos verticais de partes fixas e contra projeção de água	Protegido contra contatos verticais de partes fixas e contra projeção de água	Protegido contra contatos verticais de partes fixas e contra projeção de água	Protegido contra contatos verticais de partes fixas e contra projeção de água
		IP 00	IP 01	IP 02	IP 10	IP 11	IP 12	IP 13	IP 20	IP 21
		IP 22	IP 30	IP 31	IP 32	IP 33	IP 34	IP 40	IP 41	IP 42
		IP 43	IP 44	IP 45	IP 46	IP 54	IP 55	IP 56	IP 65	IP 66
		IP 67	IP 68							
		IP 69								

Existe uma série de empresas participantes dos certames no ramo hospitalar, que possuem atendimento a esse parâmetro, como as marcas: Maquet, KSS, Hillrom, Baumer, entre outras para a mesa cirúrgica e para foco Cirúrgico as marcas: INPROMED, KSS, BARRFAB, logo, não deve ser considerada direcionamento, pois estas marcas são ativas nas participações.

É necessário informar para esta Ilibada Autarquia que, mediante ao uso do produto, é essencial haver a devida proteção, visto as possibilidades de respingos de líquidos e poeira, que com o tempo pode danificar o produto, o **grau de proteção** tem a função para que isso não ocorra, inclusive, essa **exigência é regularizada pelo INMETRO**, o qual certifica a existência dessa proteção.

## G) AMPLIAÇÃO DA VARIAÇÃO DE TEMPERATURA

Outro aspecto que abre concorrência por possuir vários fabricantes que se encaixam com características que pré determinem as qualidades e aspectos que melhor atenderão as necessidades expostas pela instituição, citar a **variação de temperatura**, mantendo o Princípio da Isonomia, a temperatura com **variação de 3.000K a 6.000K**, considerando essa uma possibilidade para melhor concorrência entre os participantes para os **item 13**.



## I – VALOR DE REFERENCIA – ITEM 13.

Nesse caso, para fins de aumentar a concorrência e melhorar esta aquisição, indicamos a verificação do sistema SIGEM, a qual serve como indicador para busca de característica dos produtos, bem como uma sugestão de valores a qual cada produto possui.



Tais valores citados, são valores iniciais, que logo após a etapa de lances, poderá chegar a um valor bem mais abaixo, nesse caso, poderá até ser entregue produto de qualidade inferior, ou em desacordo com a função destinada.

Com essas solicitações formalizadas, tem a finalidade de ampliar a disputa no certame, cuja fundamentação basilar a compra pública enseja no Princípio da Isonomia, a qual será mantida, se houver as devidas aberturas, visto que não diminuirá a qualidade do produto a ser adquirido, além de não direcionar a qualidade e segurança do equipamento, trazendo melhoramento em para os itens, mantendo uma compra mais econômica e segura de conforme o Princípio da Eficiência.

É o juízo do Administrador que determina as especificações do produto que pretende adquirir, de modo a extrair as melhores condições de sua utilização para adequar-se as suas realidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins, pois

quando a lei confere ao agente público esta competência, significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, por este fato, a impugnação lhe é orientadora de falhas que podem ocorrer.

## 5. DO DIREITO

Norteia-se pelo Princípio Constitucionais, os quais resguardam a aplicabilidade de atos benéficos aos usuários de bens e serviços contratados por aquela, dos quais destaca-se no artigo 3º da Lei 8.666/93, a seguir transcrito:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ainda pelo § 1º do mesmo artigo e legislação, veda aos agentes públicos:

“Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restringam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”

Mediante às fundamentações expostas, pode-se informar que para haver uma maior competitividade no certame, alguns pontos exigidos podem ser mudados, sem frustrar a impessoalidade ou a igualdade entre os participantes, considerando uma ampla competição, com a descrição corrigida do item em epígrafe.

## 6. DO REQUERIMENTO

Diante de todo exposto, a empresa **INTENSIMED COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS E MAT. HOSPITALARES LTDA** requer:

- Que seja a IMPUGNAÇÃO recebida de forma tempestiva;
- Que seja julgado procedentes as alegações apresentadas e suspenso o certame, até análise, abertura de descritivo e melhorias;
- **Que seja emitido parecer técnico** dos argumentos apontados;
- Que seja revisto o descritivo dos itens acatando abertura e as sugestões elencadas;



- Alteração de iluminação via bulbos para iluminação via led, item 13;
- Sugestão de consumo de energia entre 50 a 70 VA por cúpula, item 13;
- Inclusão do sistema Light and Color Control, item 13;
- Inclusão de sistema provido de dissipação de calor passivo, ao item 13;
- Inclusão de grau mínimo de proteção IP 44 ou IP54, ao item 13;
- Sugestão de variação de temperatura entre 3000K a 6000K ao item 13;
- Aumento de vida útil do item 13 para de até 150.000 horas;
- Reajuste dos valores de referência dos itens 13, com base no SIGEM;

Solicitamos que seja analisado a abertura de descritivos e sugestões expostas nessa peça de impugnação, realizando assim melhorias no descritivo para uma aquisição de qualidade e ampla concorrência, propiciando o Princípio da Eficiência sem ferir o Princípio da Isonomia.

Nestes termos, pede deferimento,



**Intensimed Com. de Inst. e Materiais Hosp. Ltda-Me**

Anápolis, 06 de junho de 2023.

CNPJ N° 38.098.716/0001-46

Jairo Lindoso Diniz Campos

Rg. 5763179 SSP/GO | CPF/MF n° 959.396.281-68

Representante Legal/Diretor Administrativo

**38.098.716/0001-46**  
Insc. Est.: 10.807.721-7  
INTENSIMED COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS  
E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA  
Av. São Paulo, nº 625, Qd. 13,  
Galpão 03 - São João - CEP 75.133-330  
**ANÁPOLIS - GO**